

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

NATÁLIA DA SILVA GOMES

**O TRABALHO DO(A) PEDAGOGO(A) NO ENFRENTAMENTO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL:
Um estudo de caso sobre o SCFV do CRAS de Nova Hartz/RS**

**São Leopoldo
2024**

NATÁLIA DA SILVA GOMES

**O TRABALHO DO(A) PEDAGOGO(A) NO ENFRENTAMENTO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL:**

Um estudo de caso sobre o SCFV do CRAS de Nova Hartz/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof^ª Ms. Priscila Provin.

São Leopoldo

2024

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, sinto-me grata e feliz. Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado forças quando eu me senti incapaz. Ele me manteve perseverante quando minha vontade era desistir.

Agradeço à minha mãe, porque sem ela nada disso seria possível. Suas orações, carinho e atenção foram essenciais nos momentos mais difíceis que passamos. Agradeço ao meu pai (In memoriam), na certeza de que, de onde estiver, está sorrindo e me abençoando por me ver terminando a formação de professora, sonho que ele próprio tinha.

Agradeço à equipe do CRAS, que me permitiu realizar este estudo de caso, acolhendo-me e auxiliando-me com o que eu precisava, não só no momento da escrita do TCC, mas durante toda a minha trajetória de trabalho. Isso foi essencial para o meu amadurecimento como pessoa.

Agradeço à minha querida orientadora, Priscila Provin, que me auxiliou grandemente e foi peça-chave para que todo este trabalho acontecesse.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar e apresentar a importância do trabalho do(a) pedagogo(a) no enfrentamento da vulnerabilidade social a partir da atuação desse profissional em um espaço de educação não formal. Dessa forma, os conceitos centrais da pesquisa são vulnerabilidade social, pedagogia e educação não formal. A partir disso, apresenta-se um estudo de caso sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Nova Hartz/RS. Alguns dos autores que trabalham com tais conceitos e que são citados nesta pesquisa são Libâneo (2001), Gohn (2006), Frison (2004), Ferreira (2016) e Santos (2017), entre outros. As análises produzidas evidenciam uma expressiva falta de conhecimento sobre a importância da educação social e sobre a relevância do trabalho do(a) pedagogo(a) frente a crianças em situação de vulnerabilidade. Ademais, permitem uma compreensão profunda acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entendendo tal serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social como um dos principais fatores que contribuem para a quebra do ciclo de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: educação não formal, pedagogia social, vulnerabilidade social.

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais para o Governo Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ENF	Educação Não Formal
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAIF	Programa de Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA	6
2 A PEDAGOGIA EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES	9
3 A VULNERABILIDADE SOCIAL E A PEDAGOGIA SOCIAL	11
4 O SCFV E O ACOLHIMENTO	18
5 PERCURSO METODOLÓGICO	22
6 A BUSCA POR RESPOSTAS	24
6.1 As potencialidades do SCFV	24
6.2 O trabalho em rede e a Pedagogia: existe parceria?	27
6.3 A pedagoga atuante na área da Pedagogia Social e a descredibilização do seu trabalho: o que ainda precisa mudar no SCFV?	30
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS	40
APÊNDICE B: FORMULÁRIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS	42
ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	43

1 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

No decorrer dos meus estudos no curso de Pedagogia, fui apresentada a uma infinidade de caminhos possíveis a um(a) pedagogo(a) ao longo de sua trajetória profissional. Esse fato foi algo que me encantou. Saber que minha atuação não seria restrita à escola, impulsionou-me a pesquisar mais a fundo as diversas áreas de trabalho possíveis. Quando comecei a pensar em temáticas para o TCC, considerei a necessidade de trazer a público o cotidiano que observo todos os dias e de mostrar que a atuação de um(a) pedagogo(a) pode ir muito além dos muros de uma escola, alcançando o potencial de transformar a vida de uma criança.

Diante disso, a proposta temática deste trabalho surgiu a partir de meus 5 anos de trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Nova Hartz. Minha experiência profissional é no setor de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Lá, realizo entrevistas para concessão de benefícios assistenciais e cadastramento das famílias que têm filhos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Para que as crianças participem do referido Serviço, um dos requisitos é o cadastro da família no CadÚnico. Este é um Serviço Específico para desenvolvimento de Políticas Públicas promovidas pelo Governo Federal.

Durante o período em que atuo nesse espaço, pude observar as problemáticas que levam os infantes ao projeto com base na minha visão de graduanda em Pedagogia, ou seja, com base no olhar de alguém que não exerce a função de educador social, mas que percebe a importância do SCFV a partir de um outro lugar. Assim, o tema abordado na presente pesquisa origina-se na relevância de analisar o trabalho do(a) pedagogo(a) frente ao enfrentamento da vulnerabilidade social, tendo como foco os direitos da criança e do adolescente trabalhados no SCFV do CRAS do município de Nova Hartz/RS.

Nesse sentido, pelas necessidades descritas anteriormente, objetivo realizar esta pesquisa para entender de que forma o trabalho do/a pedagogo/a pode contribuir para o desenvolvimento das crianças ao SCFV, compreendendo quais são as privações e dificuldades desse público, abordando assim, questões importantes a serem identificadas para uma leitura de contexto e para auxiliar na construção de práticas pedagógicas significativas.

Desta forma, como graduanda de Pedagogia, tenho interesse em aprofundar como posso trabalhar, futuramente, com tais dificuldades, não apenas de forma superficial, mas de forma efetiva, de modo que o SCFV faça sentido para os infantes participantes. Ao observar a presença das crianças no decorrer dos anos no SCFV, percebo que, muitas vezes, elas são encaminhadas para o Serviço como algo obrigatório a fim sanar os problemas, sendo conduzidas pelo Conselho Tutelar e pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Esses órgãos, ao perceberem situações extremas de vulnerabilidade, dirigem os infantes a oficinas, porém o Serviço de Convivência é mais do que isso, sendo que há um potencial e um motivo pelo qual o Serviço existe. Com base nisso, é relevante pesquisar a temática em pauta.

Tendo em vista a importância do(a) pedagogo(a) na Educação Social, Silva (2022, p. 28) relata que este(a) pode atuar

[...] auxiliando na construção e na caminhada de cada indivíduo, não proporcionando uma simples forma de aquisição de conhecimentos prontos e inacabados, mas sim resgatando algo que estava se perdendo e trazendo de novo para o convívio na sociedade.

Dessa forma, considerando o cenário apresentado e as experiências relatadas, a pergunta que orienta este estudo é: como o(a) pedagogo(a) pode auxiliar, de forma efetiva, com o seu trabalho, as crianças em vulnerabilidade social por meio do SCFV?

Nessa perspectiva, mostra-se necessário apontar que, segundo a pesquisa do IBGE para o Censo de 2022, a população brasileira chegou ao marco de 203,1 milhões de habitantes, e um fato que assola o país desde os primórdios é a desigualdade social, que se origina da má distribuição de renda e da falta de investimento e atenção em áreas como educação e saúde. Sabe-se que a desigualdade social advém da diferença econômica entre determinados grupos de pessoas dentro da sociedade, sendo que a problemática ocorre quando há grande disparidade de renda. A consequência é o surgimento de pobreza, fome, mortalidade infantil, evasão escolar, desemprego e marginalização, de forma exacerbada.

Segundo Gomes e Pereira (2005, p. 359), “O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual”. A partir dessa declaração, pode-se afirmar que os níveis de pobreza gerados pelo desemprego acabam causando sacrifícios e renúncias para

toda a família, promovendo, infelizmente, um processo de exclusão social. A partir disso, constitui-se certo nível de degradação das relações e desequilíbrio familiar, dificultando o convívio entre os membros. Na medida em que os vínculos familiares passam a encarar dificuldades cotidianas, origina-se a perda de tarefas básicas, de socialização, de amparo e de serviço aos componentes familiares, ocorrendo, assim, a vulnerabilidade.

A situação socioeconômica tem o poder de desestruturar uma família, principalmente os filhos, que se veem acuados e violados em seus direitos. Logo, as mudanças ocorridas na economia brasileira acentuaram os altos índices de desigualdade social, como relatam Gomes e Pereira (2005, p. 360), afetando as condições de sobrevivência, diminuindo as expectativas de superação da pobreza, aumentando a submissão aos serviços públicos existentes e gerando a falta de perspectivas e a dificuldade de acesso a itens básicos de subsistência, num ciclo vicioso de desigualdade social.

A pesquisa dessa problemática é extremamente relevante, pois toda essa vulnerabilidade pode causar na criança um aumento de fragilidade e baixa autoestima, de modo que ela passa a desacreditar em si mesma. Assim, o infante, frente a tal cenário, pode não ter perspectiva de um futuro melhor, uma vez que as dificuldades familiares desmotivam a conclusão dos estudos e impossibilitam o alcance de um bom emprego. Assim, é necessário problematizar essa questão muito recorrente no cotidiano da SCFV.

Para tanto, como forma de orientação para a pesquisa bibliográfica e documental, fiz a leitura de TCCs, teses e dissertações encontradas no Google Acadêmico e Scielo (Scientific Electronic Library Online), utilizando como palavras-chave as expressões Educação não Formal (ENF), Pedagogia e Educador Social. As contribuições de Libâneo (2001), Gohn (2006) e Frison (2004) apontam os caminhos de atuação do(a) pedagogo(a) com ênfase na educação não escolar e, principalmente, na educação social, enquanto os estudos de Ferreira (2016) e Santos (2017) buscam refletir sobre como trabalhar e agir perante as situações de vulnerabilidade social. Os autores mencionados e suas pesquisas foram de suma importância para que eu pudesse delimitar os caminhos a seguir.

Paralelamente às pesquisas descritas, também analisei o Caderno de Orientações desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009, que traz a

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Tais documentos foram basilares para melhor entender as questões abordadas nos objetivos desta pesquisa e para realizar estudo de caso qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas com os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social com enfoque nos setores CRAS e CREAS. Após apresentar como é desenvolvida a presente pesquisa, busco, na sequência, contextualizar o primeiro capítulo de referencial teórico deste trabalho.

2 A PEDAGOGIA EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES

Neste capítulo, abordo alguns aspectos da ENF e como esse conceito alterou o que pensamos sobre a Pedagogia. Em face do cenário atual, pode-se perceber as constantes mudanças da sociedade em relação ao assunto. Os avanços da tecnologia possibilitaram transformações inimagináveis há décadas, entretanto, é importante destacar que tais mudanças não ocorreriam sem a educação.

A educação, por ser um processo social, desprovido de modelos e formas específicas de acontecer, por poder ser desenvolvida em casa, na escola, no trabalho, nos meios de comunicação e em tantos outros espaços, é um processo contínuo, em constante progresso, ocupando todos os lugares. Segundo Libâneo (2004), existem três modalidades de educação, que são: informal, não formal (não escolar) e formal. A educação informal ocorre de forma não intencional, sem o planejamento que existe na educação formal, na qual subsistem objetivos claros e pré-estabelecidos.

Todavia, por haver diferentes modalidades de educação que promovem o avanço e desenvolvimento da sociedade, é necessário salientar, nesse percurso, a importância da Pedagogia, que possibilita a construção de saberes e fazeres, sendo que, por meio do conhecimento, são integrados elementos como o currículo e o desenvolvimento do pensamento crítico, a fim de que sejam trabalhadas as demandas da sociedade. Conforme Libâneo (2001), “[...] é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”.

Entende-se que a Pedagogia é caracterizada socialmente como teoria e ciência da educação e do ensino, porém não pode ser reduzida a práticas escolares, pois o referido Curso tem como propósito formar um(a) pedagogo(a)-especialista, ou seja, um profissional qualificado a atender diferentes demandas. Conforme a Resolução de nº 1 de 6 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação, o(a) pedagogo(a) pode trabalhar em espaços escolares e não escolares, atuando na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (Brasil, 2006b, s. p.).

Embora ainda seja comum o entendimento de que o trabalho do(a) pedagogo(a) se restringe às salas de aula da educação infantil ou do ensino

fundamental anos iniciais, a Pedagogia abrange muito mais, como expressa Frison (2004, p. 88):

[...] na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou não formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades.

Um dos exemplos citados por Frison é a educação em espaços não escolares ou a ENF. Apesar da pouca visibilidade desse assunto nos campos de pesquisas educacionais, a ENF no âmbito pedagógico se constitui como demanda histórica, pois responde às necessidades emergentes da complexidade que se revela no modo de estruturação e de comportamento das sociedades globalizadas (Severo, 2015, s. p.).

A ENF é a experiência que ocorre na sociedade, fora das salas de aula. Assim, para Padilha (2007, s. p.), todo processo educativo que aconteça de forma intencional, para além dos muros escolares, corresponde à educação não formal. Por ser diferente da educação escolar, a ENF tem o objetivo de qualificar e promover, a partir de projetos, o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, podendo ocorrer em diferentes espaços, como comunidades, ONGs, empresas, entre outros. É importante destacar que

As possibilidades de espaços não escolares são muito mais vastas do que tão somente o lócus de acolhimento do excluído social. Na presente sociedade pedagógica em que se verifica a intensificação da cultura pela busca constante do conhecimento, a escola, enquanto espaço diplomante, não é suficiente para responder a demanda social de formação (Tavares, 2010, p. 20).

De acordo com Moreira e Oliveira, a ENF (2022, s. p.) “não é somente um assistencialismo, mas leva o aluno a agregar valores, flexibilizar os meios de práticas sociais, levando [ao] respeito com o ser humano no processo de aprendizado e ensino”. Por meio disso, pode-se perceber como os espaços não escolares são essenciais para o crescimento pessoal do indivíduo, promovendo o desenvolvimento da sociedade, uma vez que, pela integração, fomenta-se a reconstrução de conhecimentos e se possibilita a formação de identidade e saberes que favoreçam o ser humano. Urge, pois, saber como e por quais motivos tais

projetos são promovidos, de forma a apresentar as raízes dos problemas. No próximo capítulo, abordo essa perspectiva.

3 A VULNERABILIDADE SOCIAL E A PEDAGOGIA SOCIAL

O crescimento das disparidades sociais, principalmente entre a classe trabalhadora, atualmente pode ser considerado algo comum no cotidiano da população. Todavia, tais desigualdades surgem a partir da evolução tecnológica e da ampliação econômica, causando, assim, diversas consequências que desestruturam e impactam a vida das pessoas em sociedade. Conforme Wegner (2008, p. 15),

Com a invenção das máquinas, os processos produtivos, que antes eram artesanais, agora se tornavam fabris. Iniciou a migração aos centros urbanos. Essa mudança alterou a carga horária trabalhada por homens e mulheres, que passaram a trabalhar cerca de 80 horas semanais ou mais. A migração para os centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida, evidenciou a desigualdade entre as classes sociais e auxiliou no aparecimento de desamparados e desempregados.

Uma das grandes responsáveis pelas desigualdades sociais existentes na sociedade foi a Revolução Industrial, que, ao alcançar o ápice durante o século XIX, representou grandes impactos nos processos de produção e nos níveis sociais e econômicos da população, fazendo com que homens e mulheres, como dito anteriormente por Wegner, se submetessem a extensas e maçantes jornadas de trabalho. Esse fato, aliado às péssimas condições de vida causadas pela exaustão e pela má remuneração, tornou muitos seres humanos indefesos, condição que acabou por se tornar algo comum.

Embora não seja o objetivo desta pesquisa discorrer sobre a desigualdade social, é essencial tangenciar este tema, pois as consequências desse processo passaram a ocasionar inúmeras adversidades à sociedade, tais como a pobreza. Nessa perspectiva, a partir do advento do capitalismo, desenvolve-se também a pobreza, pois, ao gerar riqueza, ao mesmo tempo a sociedade produz e reproduz a pobreza.

Tal reprodução da pobreza afeta de forma catastrófica as famílias, pois, de acordo com Cassol (2019, p. 15),

Entende-se que a pobreza é fenômeno social complexo, não devendo ser relacionado apenas ao caráter unidimensional. Abordar a pobreza apenas pelo espectro da renda monetária oculta as demais dimensões que compõe[m] a vida humana. A renda, apesar de importante, é somente uma das inúmeras dimensões que compõe[m] a temática da pobreza.

Logo, as famílias atingidas pela pobreza acabam por fazer parte de um conjunto de população considerado menos favorecido, de modo que a desigualdade social passa a ser protagonista de seu cotidiano. Nessa direção, é necessário apontar que a desigualdade social é, segundo Sawaia (2009, p. 365), “[...] uma ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação”.

Sendo assim, é comum que a família pobre se torne grandemente afetada pelas crises econômicas e sociais a que o país e o mundo estão frequentemente suscetíveis, tornando-se um dos pilares de constituição da vulnerabilidade social, que se caracteriza por

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda[s] do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 34).

Consequentemente, as famílias vulneráveis passam a ser público-alvo das ações governamentais, principalmente as de proteção social. A partir dessa realidade, em meados de 1993 foi promulgada, no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que passou a regulamentar e orientar as Políticas de Assistência Social, sendo as principais:

PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família): atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social; (Brasil, 2012, p. 11).

SCFV (O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos): integra o conjunto de serviços do SUAS, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para o planejamento de estratégias e a construção de novos projetos de vida; (Filho, 2022).

PAEFI (O Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco

social ou tiveram direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação desses quadros por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais (Brasil, 2019).

Entretanto, é necessário destacar que, mesmo com a atuação de tais políticas de proteção social, que são fortemente impulsionadas pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), os problemas decorrentes da vulnerabilidade social permanecem existindo. Diante disso, ao fazer parte desse cenário de vulnerabilidade, todos os integrantes da família acabam por demonstrar clara desestruturação física e mental e, em consequência, a luta pela sobrevivência passa a se tornar algo comum, principalmente para as crianças, de modo que a manutenção dos relacionamentos familiares não é mais prioridade.

Nesse sentido, a maioria das famílias em cenário de vulnerabilidade mantêm inúmeros riscos ligados a conflitos entre casais, fazendo dos infantes testemunhas de todas as formas de violência, sejam físicas ou verbais, decorrentes de relações abusivas, de uso de drogas ou alcoolismo.

Todavia, é importante salientar que nem todas as crianças ou até mesmo suas famílias vivem em situação de vulnerabilidade, principalmente financeira, que é o que pensamos quando nos deparamos com o termo vulnerabilidade. Desta forma, é importante considerar que podem existir outros motivos que acabam por trazer os infantes ao SCFV. Sendo assim, no decorrer desta pesquisa, objetivo analisar somente os casos de vulnerabilidade ocorridos no SCFV do CRAS de Nova Hartz/RS, não generalizando tais situações aos outros estados e municípios.

Segundo Castel (1997, p. 97), a vulnerabilidade social preconiza

[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação.

Por crescerem em um contexto de desamparo, é comum às crianças que a sua configuração familiar se caracterize por laços afetivos extremamente frágeis. Nesses casos, é recorrente o filho desempenhar o papel de um pai ou de uma mãe que tenham deixado a família, desenvolvendo precocemente responsabilidades para as quais ainda não está preparado. Diante disso, esse filho é negligenciado em suas necessidades físicas e emocionais, ao ponto de, quando chegar à vida adulta, ser

mais suscetível a dificuldades de socialização, à ansiedade, à depressão ou até ao envolvimento com drogas, a práticas de roubo e à gravidez precoce.

Sabe-se que a educação é transformadora, e é por meio dela que é possível ressignificar o ambiente em que vivem infantes como os citados anteriormente. Nesse sentido, projetos que promovem a comunicação e a colaboração possibilitam a reconstrução de histórias de vida, podendo ser um caminho para tornar crianças vulneráveis em adultos responsáveis, críticos e reflexivos. Segundo Silva (2021, p. 229), “trabalhar educação com proposta inovadora direcionada à transformação social e pessoal, faz com que as práticas pedagógicas promovam uma nova concepção de sujeito e da sua valorização”.

Dessa forma, a Pedagogia Social pode ser uma das respostas para necessidades decorrentes da vulnerabilidade social por meio de práticas educativas e políticas públicas humanizadas que possibilitam suporte às questões sociais citadas. Conforme Tavares (2010, p.19),

A Pedagogia Social se insere no campo epistemológico das ciências da educação que tem como objeto de estudo a aprendizagem social nos cenários de educação que necessitam potencializar o valor da vida dos sujeitos nas perspectivas individual e coletiva [...] é um convite para pensar o desenvolvimento humano como um fenômeno social e epistemológico.

A ENF surgiu a partir da necessidade de intervenção nas classes menos abastadas. Nessa perspectiva, Santos, Costa e Nunes (2017, p. 5) afirmam que

[...] o objetivo principal dessa educação não é contrariar a educação regular, mas oportunizar aos sujeitos menos favorecidos uma oportunidade de aprendizagem flexível, respeitando o tempo de cada um para que ele possa sair da situação que se encontra e tenha suas necessidades básicas atendidas.

Com isso, pode-se constatar que a Pedagogia Social atua como meio de trazer o protagonismo ao desfavorecido, de modo que ele possa superar as adversidades, pois procura situar e problematizar os novos meios educacionais e pedagógicos que serão trabalhados para a construção dos sujeitos sociais (Chylajenko; Sakata, 2021, p. 211). Por meio da intervenção pedagógica, são desenvolvidos projetos como oficinas, grupos de interação e cursos profissionalizantes que promovem a independência dos participantes. Tais eventos podem ser desenvolvidos no âmbito da assistência social, trazendo à pauta a multidisciplinaridade do trabalho do(a) pedagogo(a), uma vez que “o pedagógico

perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não formal” (Libâneo, 2001, p. 153).

Como a formação do(a) pedagogo(a) o(a) qualifica a atuar em diversos campos educativos, tal profissional pode atender demandas socioeducativas. Ademais, as novas tecnologias atreladas às mudanças decorrentes de diferentes estilos de vida requerem a contribuição do(a) pedagogo(a). Dessa forma, o campo de atuação focado na Pedagogia Social, segundo Silva (2021, p. 228),

[...] estimula o sujeito a sentir-se parte do coletivo, fazendo que ele passe a compreender seu papel enquanto ser social e político, a reconhecer o outro também como sujeito, a compartilhar desejo, a identificar suas potencialidades e fragilidades.

Diante do exposto, no Brasil, há a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, advinda da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que promove, em conjunto com o SUAS e com base na LOAS, citada anteriormente, projetos e oficinas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A prioridade dessas iniciativas é o auxílio às famílias em vulnerabilidade, por meio de projetos integradores e programas sociais de distribuição de renda, dos quais faz parte o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um dos principais projetos integradores do CRAS.

O SCFV é composto por grupos, com o objetivo de defender e afirmar os direitos dos usuários, tendo em vista o enfrentamento da vulnerabilidade social e a garantia de segurança, acolhida e promoção de autonomia dos participantes. Os grupos do SCFV visam ao fortalecimento da autoestima e à criação de laços de solidariedade e sentimento de pertencimento, trazendo à pauta o diálogo como elemento indispensável à resolução de conflitos. Os integrantes também aprendem a reconhecer o outro por meio de exercícios de escolhas, desenvolvendo, assim, a capacidade de tomar decisões sobre a própria vida.

Segundo Medeiros (2023, s. p.), os grupos podem ser organizados conforme faixas etárias, da seguinte forma: “Crianças até 6 anos, Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Adolescentes de 15 a 17 anos, Jovens de 18 a 29 anos, Adultos de 30 a 59 anos e Pessoas Idosas”. As atividades que podem ser realizadas pelos grupos caracterizam-se por oficinas de esporte, lazer, arte e cultura, como aulas de artesanato, violão, dança e capoeira, além de rodas de conversa. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2017, p. 10),

As vivências oportunizadas pelo serviço auxiliam na aquisição de repertórios de comunicação mais efetivos, no desenvolvimento de relações de afetividade emancipadoras; na valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais da comunidade; na socialização e no sentimento de pertença; na construção de projetos de vida; na participação social, entre outras.

Ainda que essas oficinas não sejam iniciativas recentes, o SCFV foi regulamentado pela Resolução do CNAS nº 109/2009, e todas essas atividades visam a cumprir os objetivos estabelecidos pela referida legislação.

Importa salientar que esta pesquisa visa a realizar um estudo de caso do CRAS do município de Nova Hartz, que se caracteriza por ter turmas do SCFV, majoritariamente formadas por crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Assim, é importante citar os eixos que orientam o serviço e a oferta de atividades.

Em conformidade com Medeiros (2023, s. p.), existem dois eixos norteadores do SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, sendo eles: a Convivência Social e a Participação. A Convivência Social objetiva tratar inúmeros aspectos vinculados a espaços de convivência ligados à superação de vulnerabilidades sociais por meio de um processo de construção e fortalecimento de vínculos relacionais. Já a Participação age no processo de reconhecimento do infante como sujeito de direito em formação, e tal processo de democratização proporciona a participação social da criança ou do adolescente no contexto em que vive.

Por ser uma intervenção planejada, é primordial que o SCFV promova o diálogo, a escuta, o exercício de escolhas, a produção coletiva e muitos outros aspectos. Destaca-se que é comum que pais e mães considerem o SCFV um contraturno escolar, porém existem situações prioritárias para a inclusão nas oficinas, como relatado pela Resolução CIT nº 1/2013 (Brasil, 2013) e Resolução CNAS nº 1/2003:

- a)** situação de isolamento: a falta de convívio de forma regular, sem oportunidade de comunicação com o outro, faz o infante perder o interesse em conviver e se relacionar com outras pessoas, tornando-se inseguro e vulnerável;
- b)** situação de violência: por haver diferentes tipos de violência, que geralmente ocorrem de forma correlacionada, existe deterioração do bem-estar, o que causa danos permanentes à saúde física e mental,

debilitando o desenvolvimento do indivíduo violentado, tal como relata o MDS (2017): “[...] A violência é o ponto extremo do exercício de poder de uma pessoa ou grupo sobre outra pessoa ou grupo, sendo que o uso de força física e/ou psicológica induz e/ou obriga à realização de atos e condutas em que aquele que realiza não quer ou não sabe por que faz”;

c) negligência: caracteriza-se pela omissão infundamentada de itens básicos de sobrevivência, como alimentos, produtos de higiene e vestimenta adequada. Também pode ocorrer por omissão daqueles que são considerados responsáveis por crianças, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas que dependem de cuidados frequentes. Nessa perspectiva, é importante considerar se a família, de fato, vivencia situações de abandono e/ou se têm seus direitos básicos negligenciados.

Outro fator relevante é a regularidade dos encontros de grupos do SCFV, visto que a intenção é fortalecer os vínculos entre os participantes que, geralmente, encontram-se fragilizados. Além disso, também são necessárias constantes visitas domiciliares às casas dos participantes, pois, havendo anormalidades no comportamento ou no modo de agir dos infantes, é preciso que a rede (educador social, coordenador pedagógico, assistente social e psicólogo) esteja atenta, de modo a prestar todo o atendimento que a família necessita.

O acompanhamento em relação aos participantes do SCFV é elemento primordial no trabalho do Educador Social, pois é esse profissional que está quase que diariamente no convívio das crianças durante as oficinas. Esse acolhimento é, sem dúvidas, um dos motivos que mantêm os participantes assíduos no SCFV. Sobre tal acompanhamento, falo no próximo capítulo.

4 O SCFV E O ACOLHIMENTO

Para atuar nas oficinas como Educador Social, basta ter concluído o Ensino Médio, como regido no projeto de lei do Senado (PLS) 328/2015, que regulamenta a profissão de Educador Social (Brasil, 2015a). Entretanto, no decorrer desta pesquisa, pude perceber como o trabalho do(a) pedagogo(a), nesse contexto, é necessário.

Como relatado nos capítulos anteriores, por anos se falou que a atuação de um(a) pedagogo(a) é restrita à escola. Porém, a Pedagogia em Contextos Não Escolares evidencia outras possibilidades, pois, segundo Moreira e Oliveira (2022), “a prática pedagógica nos espaços não escolares tem como finalidade direcionar conhecimentos e saberes na prática social”. Assim, evidencia-se a importância do referido profissional no SCFV.

O Educador Social carrega consigo grande parte da responsabilidade do desenvolvimento do infante enquanto participante das oficinas, tal como relatam Santos, Costa e Nunes (2017, s. p.):

[...] a dinâmica pedagógica que vai muito além da visão de educar, trabalhar o empoderamento dos educandos diante das dificuldades, trazendo a visão de garantia de direitos entre tantas outras vulnerabilidades sociais abordadas, isso usando a educação como instrumento transformador de mundo, e isso é um processo contínuo.

Diante disso, cabe ao profissional criar um ambiente em que prevaleça a tranquilidade, a participação, a autonomia e o acolhimento, pois

[...] o educador trabalha na promoção do desenvolvimento e crescimento psicossocial em ordem coletiva, ou seja, o educador social é um agente transparente, no sentido de ser verdadeiro, voltando-se para o lado humano da sociedade, mas que deve possuir conhecimento aprofundado dos saberes que pautam sua prática enquanto pedagogo. (Moresco, 2018, p. 21).

De acordo com a Resolução CNAS nº 11/2015 (Brasil, 2015b), o atendimento socioassistencial deve oportunizar e garantir o respeito da dignidade dos usuários, prevalecendo a atenção e o respeito. Sendo assim, o momento da acolhida é essencial para vincular os participantes, como explicitado pelo MDS (2017, s. p.):

A acolhida dos usuários deve ser, sempre que possível, um momento informativo, integrador, criativo e ético. Deve-se considerar que alguns dos

usuários que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco graves, que podem repercutir em sua participação inicial no grupo e em seu retorno aos encontros seguintes.

Dessa forma, é necessário que os usuários se sintam bem-vindos, e, para tanto, ao educador cabe manifestar empatia e demonstrar como a participação de todos é importante. Isso deve acontecer de forma contínua, não apenas no momento em que o participante inicia nas oficinas, pois trabalhar educação com proposta inovadora e direcionada à transformação social e pessoal faz com que as práticas pedagógicas promovam uma nova concepção de sujeito e de valorização do ser humano (Silva, 2017, s. p.). Além disso, ao longo da acolhida, é imprescindível propiciar aos participantes momentos de interação social, com espaço para escuta. Por meio da ludicidade, deve-se garantir o protagonismo do usuário, com foco nas trocas de experiências, no diálogo e, principalmente, no sentimento de pertencimento e valorização. Dito de outra forma, no momento do acolhimento, quando a criança pode se sentir acuada, tímida e até mesmo com medo de conviver com o outro, deve prevalecer o afeto, ponto extremamente relevante para o desenvolvimento emocional, não somente de crianças em vulnerabilidade, mas de todos.

O Educador Social, ao usar o afeto como base do seu trabalho, considera, de fato, as necessidades, os anseios e os desejos do infante que participa das oficinas. Todavia, é importante destacar que a afetividade não é somente demonstração de afeto e carinho, mas também compromisso, ética profissional e reciprocidade. Trata-se de prática pedagógica baseada no respeito, na autoridade humana e no estabelecimento dos limites (Gallas, 2014, p. 8).

Entretanto, vale salientar que

As práticas de acolhimento confortam, mas nem sempre permitem a superação das condições e dos sentimentos de exclusão. No acolhimento há um movimento de fora para dentro: os outros recebem o excluído, confortam-no; no entanto é preciso mais que isso; é preciso formar neste sujeito as possibilidades de superação de suas necessidades (Franco, 2017, p. 974).

Diante disso, para que as práticas citadas anteriormente ocorram de forma qualitativa, mostra-se a importância do(a) pedagogo(a) no SCFV. Ao trabalhar no CRAS, tal profissional é responsável por organizar e acompanhar as propostas de educação social realizadas no SCFV por meio da sua orientação pedagógica, mas

também pode atuar como educador(a) social, podendo, de fato, conduzir as oficinas realizadas, pois tem a devida capacitação para a função. Durante a formação, o(a) pedagogo(a) adquire saberes combinados de Pedagogia e Ciências Sociais, e estes podem ser utilizados para auxiliar os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade, a fim de melhorar a realidade em que estão inseridos.

Dessa forma, o trabalho do(a) pedagogo(a) no SCFV é tão necessário quanto dentro de uma sala de aula. Entretanto, Chylajenko e Sakata (2021, p. 225) destacam que

O pedagogo, no âmbito social do CRAS, não realiza ações e intervenções sozinho, atua de maneira interdisciplinar com outros profissionais do SUAS, especialmente assistente social e psicólogo, os quais são de relevância. Esse trabalho de atuação do pedagogo no coletivo é um princípio de sua formação inicial, especialmente nos campos sociológico, político, econômico e cultural.

Nessa perspectiva, no âmbito do SCFV, o trabalho do docente não é restrito, mas apresenta uma gama de oportunidades de atividades a serem realizadas, de modo que a atuação desse profissional atrela-se, também, à análise de situações do público atendido pela instituição, a saber, o CRAS. A partir dessas análises, o docente pode, então, acompanhar os usuários, seja por meio de reuniões e visitas domiciliares, ou até mesmo nos serviços oferecidos na assistência social, cumprindo, de maneira efetiva, os demais objetivos do SCFV, que são:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (MDS, 2017, p. 11).

Logo, cabe ao(à) pedagogo(a), como educador(a) ou orientador(a), auxiliar os usuários, no caso crianças de diferentes faixas etárias e níveis de ensino que precocemente enfrentam, no dia a dia, desafios que não entendem ou para os quais

ainda não estão preparados, para que encontrem instrumentos capazes de contribuir na formação da autoestima e da resiliência, preparando-os para as diversas situações que ocorrerão no futuro. Tal postura de diálogo e cooperação como base do trabalho, em que o docente atue de forma a promover nos participantes sentimentos bons, a fim de haver confiança mútua, também é sinônimo de afeto.

Diante disso, trabalhar com um público cuja prioridade não seja aprender a ler e a escrever pode destoar do que se entende como essência da Pedagogia. No entanto, Pedagogia também é atuar na mediação de conflitos, riscos e violência a que crianças e adolescentes estão expostos a partir de seus grupos familiares. Assim, o foco não só no desenvolvimento cognitivo, mas também no emocional, pode desenvolver habilidades afetivas que fazem com que a criança se sinta inteligente e capaz de realizar o que lhe é proposto. Segundo Catalão (2023, s. p.), “o afeto não é apenas um pré-requisito essencial para a aprendizagem, mas a própria aprendizagem”. Portanto, a sensibilidade do(a) pedagogo(a) faz com que os usuários se sintam pertencentes à sociedade em que vivem, e isso pode, sim, transformar vidas.

Tendo em vista o cenário trabalhado no decorrer dos capítulos, na sequência apresento o capítulo metodológico deste trabalho. Busco, assim, auxiliar na análise de respostas que vêm a partir das inquietações que originam a presente pesquisa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O propósito deste capítulo é apresentar os caminhos traçados e delimitados nesta pesquisa como forma de sanar as inquietações que surgiram a partir da problemática em pauta. Para tanto, optei pelo estudo de caso de caráter qualitativo, tendo como auxílio a realização de entrevistas semiestruturadas. Tal escolha metodológica foi feita após a primeira conversa que tive com minha orientadora, pois desde o princípio eu soube que gostaria de problematizar e evidenciar, no trabalho de conclusão de curso, as realidades que observo cotidianamente.

Dessa forma, urge explicitar a importância do método utilizado. Os estudos de caso, segundo Ventura (2007, p. 386),

[...] estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

Ainda sobre estudo de caso, Martins e Santos (2003) relatam que

Num estudo de caso, o investigador tenta examinar uma situação em profundidade, onde o investigador tenta descobrir todas as variáveis que são importantes na história ou desenvolvimento de seu sujeito.

Sendo assim, como já explicitado, foi escolhido como tipo de estudo de caso o método qualitativo. Esse modelo não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 27). Diante disso, determinei como ferramenta a ser utilizada na pesquisa a entrevista semiestruturada, que se difere da entrevista comumente utilizada, pois, para Manzini (1990/1991, p. 154),

[...] a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Esse tipo de entrevista pode ser executado de forma mais leve, e as informações podem emergir livremente, uma vez que não há respostas padronizadas em formato de alternativas.

As entrevistas ocorreram de forma presencial e foram gravadas com celular, para futura transcrição e análise das conversas. Os participantes selecionados foram a assistente social do CREAS, o psicólogo do CREAS e a coordenadora pedagógica do CRAS, que é graduada em Pedagogia, e que orienta o trabalho dos educadores sociais do SCFV e dos demais colaboradores do CRAS. Tais profissionais foram escolhidos pelo fato de frequentemente atenderem às crianças participantes do SCFV e suas famílias, ou seja, por possuírem experiência de trabalho, sabendo lidar com as situações adversas que surgem cotidianamente.

No decorrer da pesquisa, em uma conversa com a coordenadora pedagógica que participou do estudo, esta sugeriu que eu realizasse visitas domiciliares a algumas famílias cujos filhos participam do SCFV, como forma de aproximação com esse público durante as férias do SCFV. Além disso, tal prática poderia, de acordo com ela, ser um método formativo para mim, permitindo a manutenção do vínculo com as famílias e o conhecimento de suas realidades. As entrevistas com as famílias também poderiam complementar a presente pesquisa. Assim, os critérios para a escolha das famílias foram situações de abuso, violência, negligência e abandono parental.

A etapa da coleta de dados foi muito importante, não apenas para a pesquisa, mas para mim, enquanto graduanda de Pedagogia e entrevistadora do Cadastro Único. Cotidianamente, entrevisto todos os requerentes de benefícios assistenciais, porém as entrevistas que realizei no âmbito deste trabalho foram diferentes, pois pude me aproximar daquelas famílias de forma a conhecer suas realidades, sentimentos e anseios para o futuro. Além disso, entrevistar meus colegas também foi algo totalmente distinto, pois, apesar de conversarmos quase todos os dias, debatendo sobre casos e famílias que atendemos, pude vivenciar um novo viés. Foi diferente conversar com eles não como colegas, mas como profissionais, de modo que, com isso, aproximei-me do trabalho deles e conheci, de fato, tudo o que fazem com as famílias que atendem, dentro e fora de seu ambiente laboral.

Após estabelecer as minhas categorias de estudo, passo a apresentar, no capítulo seguinte, as análises desses materiais.

6 A BUSCA POR RESPOSTAS

Nesta seção, apresento e analiso os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os técnicos do serviço e com as famílias participantes. Além disso, faço as devidas relações das informações obtidas com os autores estudados sobre o tema. A partir desses dados, sanei as inquietações que originaram a pesquisa desta temática. Pude, também, observar o SCFV no papel de pesquisadora, o que até então, para mim, era algo inimaginável, pelo fato de apenas conhecer as realidades das famílias e do próprio SCFV de forma superficial, uma vez que só tinha contato com as famílias quando estas iam atualizar seus cadastros ou quando conversava, esporadicamente, com algum dos educadores ou com a coordenadora sobre algum caso que me chamava a atenção.

Diante do exposto, compreendi a potencialidade da educação não formal, observando como o sujeito é provocado a pensar sobre sua aprendizagem, a partir da consciência de si mesmo e das necessidades do mundo que o rodeia (Frison, 2004, p. 25). Assim, após uma conversa com a minha orientadora, selecionei os principais tópicos que me instigaram durante as entrevistas, com base no problema de pesquisa, o que possibilitou a sistematização do material coletado.

6.1 As potencialidades do SCFV

Para esta primeira unidade de análise, agrupei os dados da pesquisa com o objetivo de responder a uma questão que encaminhei a todos os participantes, a saber, *“O que traz as crianças ao SCFV?”* Tal questão adveio das observações que realizei ao longo dos anos de trabalho. Por conta de conhecer superficialmente as famílias, instigava-me o fato de parecer, por vezes, que elas não tinham problemas alarmantes que promovessem a extrema necessidade da presença dos infantes no projeto. Todavia, minha teoria se esvaiu após as falas da assistente social e da coordenadora pedagógica durante a entrevista:

“Existem inúmeras problemáticas que são bastante alarmantes, mas hoje nos deparamos com muitas demandas de desproteção familiar.” (Relato da Assistente Social)

“[...] a maioria dos atendidos chega ao Serviço de Convivência por situação de violação de direitos. [...] a maioria das situações é

encaminhada pelo CREAS, seja por violência doméstica, abuso sexual ou negligência grave.” (Relato da Coordenadora Pedagógica)

Dessa forma, pude perceber que, às vezes, os problemas são tão velados que mesmo eu, acostumada ao cotidiano do CRAS, não conhecia tais obstáculos. Por isso, após as entrevistas com os técnicos do serviço, fui ao encontro das famílias, questionando-as se sabiam o porquê de seus filhos e netos frequentarem o SCFV. Em consequência, obtive as seguintes respostas:

“Não sei, apenas sei que eles gostam de participar”. (Família A)

“Olha, eu acredito que eles participam para não ficarem na rua enquanto não estão na escola e para ajudar nós enquanto estamos trabalhando.” (Família B)

O que busco com esse questionamento é mostrar a necessidade do aumento do diálogo com as famílias, pois é imprescindível que o trabalho tenha continuidade, ou seja, não se limite ao SCFV. Isso significa que as famílias necessitam dar seguimento ao que é trabalhado com as crianças. Durante as entrevistas, pude perceber que muitas famílias encaram o SCFV como um passatempo para os filhos, e que tudo o que os educadores constroem com os infantes no decorrer do ano parece se esvaír no período de férias, de modo que, quando as crianças retornam, o trabalho já realizado precisa ser reconstruído. Entretanto, mesmo que não haja colaboração da família em relação às crianças, é importante destacar que esse espaço é um possível refúgio para aquele infante que tem a maioria de seus direitos violados, direitos esses que são citados no Art. 15 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA):

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (Brasil, 2006a, p.36).

É grande o desafio de manter esses direitos assegurados e, como dito anteriormente, como o SCFV é visto como passatempo, suas potencialidades podem não ser reconhecidas pelas famílias e não ser levadas à sério. Dessa forma, percebo que trabalhar com essas famílias pode ser unilateral, uma vez que é comum a equipe de trabalho se deparar com diversos desafios, como não comparecimento

aos atendimentos ou desistência do auxílio, o que ocorre, às vezes, por vergonha de precisar da assistência social ou até mesmo por conta de vulnerabilidades, como violências e abusos. Destaco, também, a importância de não “culpar” as famílias, pois o trabalho não é perfeito e, por vezes, pode ser limitante, como pude perceber na seguinte fala da assistente social:

“[...] a base de todo meu trabalho é de acolher, porém tenho muitas demandas no meu cotidiano e por isso acabo por acolhê-los segundo a priorização institucionalizada pelo SISC”.

O Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SISC que a assistente social menciona se destina ao acompanhamento e à gestão do SCFV pelas instâncias federal, municipal, estadual e do Distrito Federal (Rede SUAS, 2014, s.p.). Em relação a esse processo, entendo que é necessária uma espécie de filtragem para os atendimentos, visto que somente uma assistente social pode não dar conta de todas as demandas, porém, trago à pauta a relevância de um olhar mais atento às famílias que não são prioridade. Hoje, elas podem não ser prevalentes de atendimento e acompanhamento, todavia podem ser no futuro. Assim, acredito que seja preciso trazê-las para perto, criar com elas vínculos de fato, não apenas colocá-las nos documentos como mera formalização, pois pode ser muito mais difícil sanar os problemas do que preveni-los. Segundo Filho (2022, s. p.),

A falta de prevenção ou o aprofundamento das situações de vulnerabilidade poderão originar situações de risco social decorrentes da exposição à violência, exploração, negligência, dentre outras violações de direitos emergentes ou já estabelecidas. A pobreza é um elemento de vulnerabilidade social que pode agravá-la e potencializar o risco.

Diante disso, é função dos profissionais da assistência social identificar e gerenciar os riscos que trazem tais cidadãos à eminente vulnerabilidade, pois,

Pode-se dizer que a administração dos riscos emerge como mais um mecanismo de controle vinculado ao biopoder, no qual a população passa a assumir os riscos decorrentes de suas escolhas e comportamentos. Logo, gerir riscos implica em produção de estimativas quanto ao futuro, o risco como ferramenta de gestão populacional auxilia na predição de comportamentos e na gerência de virtualidades, tornando-se uma estratégia de governo das condutas (Battistelli; Rodrigues; Da Cruz, 2018, p. 95).

Tendo em vista a necessidade iminente do trabalho a ser realizado com as famílias e a importância de que isso não seja executado de forma individual pelos colaboradores do setor de assistência social, é sobre prevenção e trabalho em rede que se destina a próxima categoria de análise.

6.2 O trabalho em rede e a Pedagogia: existe parceria?

Início esta segunda categoria de análise abordando a questão do trabalho em rede na Assistência Social e como a Pedagogia se insere nesta rede. O trabalho intersetorial ou, como costumeiramente dito pelos profissionais, o *trabalho em rede*, foi uma temática bastante abordada pelos técnicos entrevistados quando questionados referente à organização e execução do trabalho, tal como salientado pela assistente social.

“[...] além de manter as famílias sempre assistidas, é muito importante que todo este trabalho não seja feito somente por mim, mas também por toda a rede, que hoje são as secretarias de saúde, educação, assistência social e conselho tutelar”.

A fala da assistente social é condizente com as Orientações Técnicas do CRAS, produzidas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que guiam o trabalho em rede: “[...] A promoção da articulação intersetorial propicia o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores e o acesso das famílias aos serviços setoriais” (SNAS, 2009, p. 21).

Dessa forma, no âmbito da Assistência Social, o trabalho em rede vai além do costumeiro trabalho em equipe que conhecemos, pois, além de fortalecer os relacionamentos entre pares e facilitar o atendimento às famílias, ele também é

[...] um modo de funcionamento do social, em que as partes que a compõem se encadeiam, contribuindo da sua forma, a partir de suas atribuições e da sua capacidade de se conectar, construindo vínculos. Essas conexões dizem respeito a uma cultura de funcionamento, repartições de papéis, troca de informações, influências, conhecimento e disponibilidade (Carneiro e Costa, 2011, p. 6).

Todo esse trabalho intersetorial ocorre pela necessidade de auxiliar os indivíduos a se organizarem e se articularem para que haja a conquista de direitos já garantidos. Entretanto, essa questão é bastante desafiadora, levando em conta que

é comum que alguma das partes dessa rede não colabore de forma adequada, dificultando a consolidação das atividades. Dessa forma,

Como processo bastante complexo, o trabalho em rede exige uma grande mudança cultural por parte dos atores sociais, para que o desenvolvimento das ações intersetoriais possa ser ampliado, proporcionando um olhar mais amplo no que se refere às demandas da população (Medeiros, 2019, s.p).

Após a realização das entrevistas, pude entender a rede como uma espécie de quebra-cabeças. Quando falta uma peça, todo o trabalho acaba por ser afetado. Assim, é primordial que haja diálogo entre as partes e que todos tenham conhecimento das demandas, pois, quando não há familiaridade com os casos a serem resolvidos, podem ocorrer desencontros de informações, omitindo-se dados que, muitas vezes, seriam preciosos para a continuidade do trabalho. Tendo em vista que um serviço complementa o outro, quando o trabalho é exercido em parceria, o público-alvo tende a ser mais bem atendido e melhor desenvolvido, obtendo-se resultados positivos.

Nessa perspectiva, por fazer parte da rede, a pedagoga entrevistada, enquanto educadora social ou coordenadora do CRAS/SCFV, pode se deparar com desafios em que o trabalho em rede seja imprescindível. No entanto, ao resolver conflitos trazidos pelos membros da rede após seus atendimentos, muitas situações recaem sobre essa profissional. Enquanto atuante em espaços não escolares, o(a) pedagogo(a) tem a incumbência de desenvolver projetos que promovam de forma efetiva a execução dos objetivos do SCFV propostos nos eixos norteadores, que são o direito de ser, a participação e a convivência social. Ademais, também é relatado no Caderno Orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que o trabalho realizado nas oficinas é voltado a práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas como estratégias para se alcançar os objetivos específicos do serviço. (MDS, 2016, p. 24).

Todavia, importa ressaltar que, durante minha análise sobre o trabalho da pedagoga no SCFV, percebi que a responsabilidade da referida profissional é maior do que a apresentada no Caderno de Orientações mencionado anteriormente. A realidade do dia a dia é bastante diferente do que é descrito no referido documento, e a pedagoga não realiza somente as oficinas no seu cotidiano, visto que há uma enorme demanda pedagógica. Segundo Dantas (2015, s. p.), a função

[...] está intimamente relacionada com a habilidade do educador de ter uma visão superior ao individualismo do aspecto técnico e burocrático do trabalho, para poder enxergar, na postura e atitudes dos alunos, a necessidade de uma intervenção que venha a propor ações alternativas, com o intento de dimensionar a tal intervenção como fator essencial no desenvolvimento daqueles alunos.

Dessa forma, o trabalho da profissional em questão vai além das oficinas, o que acaba por exigir dela certas responsabilidades que não são de sua atribuição. Percebi, em minhas observações, que tanto os profissionais quanto as famílias veem o SCFV como uma espécie de salvação para os problemas que ocorrem, logo, recai sobre a pedagoga tomar as medidas cabíveis para solucionar os obstáculos que surgem cotidianamente entre as crianças ou as famílias. Assim, o trabalho realizado vai além de garantir os objetivos propostos pelo Caderno de Orientações e pelo SCFV. A profissional desempenha as tarefas mencionadas acima, planeja e executa atividades para manter a assiduidade das crianças nas oficinas e ainda se empenha para criar e manter vínculos com os infantes. Não obstante, também exerce a função de coordenadora pedagógica do SCFV, pois orienta e observa se o trabalho dos educadores sociais está sendo realizado corretamente, de forma a manter o SCFV organizado.

Assim, cabe salientar que mesmo que a pedagoga possa executar e seja capacitada para todas essas funções, é necessário que o trabalho seja realizado em rede, de modo que ela seja apoiada e tenha as ferramentas básicas necessárias para exercer suas atividades, tal como relata:

“Para o trabalho ser completo, por assim dizer, precisamos da atuação de uma equipe multidisciplinar. Atualmente o CRAS não possui a equipe mínima, que é composta por assistente social e psicólogo, além da coordenação pedagógica, fazemos todo o possível com a equipe que temos, mas faltam elementos, pois os educadores trabalham no dia a dia e a equipe deveria dar o suporte não só para “apagar incêndios”, mas periódico e sistemático, possibilitando que cada criança e adolescente consiga superar a dificuldade apresentada; essa equipe também atuaria de forma mais efetiva com a família. Sem o psicólogo, que é peça importante que falta, nossa atuação fica mais restrita, agimos sempre com cautela e necessitando de suporte de psicólogo nos reportamos ao CREAS, mas eles também necessitam de mais profissionais com esta qualificação”.

A partir disso, pude perceber como o trabalho em rede é necessário e significativo, e como na falta de uma equipe completa acontece o acúmulo de

atribuições que não fazem parte daquilo que se entende ser o trabalho do(a) pedagogo(a). Além disso, observo como a parceria entre rede pode ser difícil, seja pela falta de cooperação entre os membros ou também pela falta de profissionais capacitados, tal como ocorre no SCFV do município, que não possui um psicólogo exclusivo para atender as crianças do serviço, de modo que também recai sobre a pedagoga a função de ouvir e aconselhar. É perceptível, pois, que mesmo não atuando em sala de aula, mas na ENF, o(a) pedagogo(a) enfrenta diversos desafios no cotidiano da profissão. Isso evidencia que não há sentido em descredibilizar a atuação do(a) pedagogo(a) que não atua na educação formal, o que acontece, por vezes, até por parte da rede que acompanha o trabalho desse(a) profissional no SCFV. Com isso, é importante trazer à pauta essa temática tão pouco conhecida, o que se configura como a próxima categoria de análise.

6.3 A pedagoga atuante na área da Pedagogia Social e a descredibilização do seu trabalho: o que ainda precisa mudar no SCFV?

[...] a educação precisa ser compreendida dentro de uma perspectiva conceitual ampla, não se restringindo mais aos processos de ensino e aprendizagens no interior de unidades escolares formais (Parreira; Filho, 2010, p. 259).

É com essa citação que inicio o último subcapítulo de análise desta pesquisa, apontando novamente a amplitude da Pedagogia enquanto ciência da educação, que perpassa por diversas temáticas, sendo vasta e não limitada a achismos que determinam onde e quando se pode atuar. Entretanto, é importante ressaltar a questão da descredibilização do(a) pedagogo(a) enquanto profissional atuante fora das salas de aula e, principalmente, na área da Pedagogia Social.

Nos capítulos anteriores, abordei a necessidade da atuação de profissionais qualificados e preparados no campo da ENF, pois nessa área é extremamente importante o comprometimento com a realidade sociocultural, havendo, segundo Parreira e Filho (2010, p. 261), uma demanda por novas práticas pedagógicas que possibilitem educadores criativos, críticos, propositivos e engajados na transformação da sociedade. Tendo em vista essa realidade, entendo que o(a) pedagogo(a) seja o(a) profissional mais capacitado(a) para dar conta das referidas demandas, porque tem formação ampla, estando apto(a) a trabalhar em diferentes áreas. Todavia, ainda é comum que os profissionais da Pedagogia não acreditem na

relevância do seu trabalho na ENF, como também os técnicos de outras áreas, que desconhecem as possibilidades e potencialidades da Pedagogia fora das salas de aula.

Logo, é comum que muitos(as) pedagogos(as) se sintam diminuídos(as) e incapazes quando, por exemplo, são direcionados(as) para trabalhar com ENF em nomeações de concurso público. Creio, pois, que é fundamental tangenciar esse assunto, diante da fala da coordenadora pedagógica entrevistada em relação à Pedagogia Social:

“Não vejo a pedagogia social como outro campo dentro da pedagogia, pois pessoas são sociais desde o nascimento, pessoas precisam do social para viver... hoje não há possibilidades de um professor atuar em escola e ter nojo de tocar nas crianças (vemos isso o tempo todo)... por isso acredite, a pedagogia, sem o “social” é como falarmos em ser, sem o humano... ‘ser’ até plantas são, mas ‘humanos’...”

Com base nisso, ainda destaco que, enquanto educadores, podemos nos deparar com muitos estigmas e achismos de profissionais que nem mesmo entraram em contato com a ENF. Isso acontece no próprio SCFV, por exemplo, quando alguns servidores colocam os participantes em “caixinhas”, inclinando-se a acreditar que tal público não pode manifestar seus direitos e exercer a participação social.

Por isso, reforço o discurso sobre a importância do papel do(a) pedagogo(a) enquanto educador(a) social, pois o trabalho qualificado desse(a) profissional é o diferencial que pode manter as crianças envolvidas nos projetos, tal como o SCFV. Nesse sentido, é relevante destacar a seguinte fala da assistente social:

“[...] sei como este espaço é importante para eles, pois o SCFV, como educação informal, serve principalmente como um lugar de oitiva dos mesmos, às vezes os mesmos tem vergonha de conversarem conosco por sermos assistentes sociais ou os psicólogos criam-se vários estigmas sobre o nosso trabalho com os mesmos, por isso, ao conviver com os educadores eles sentem-se mais à vontade para falar tudo aquilo que às vezes não conseguem conosco, por isso, é muito importante a estratégia de trabalho para lidarmos com nossas crianças”.

Sendo assim, além do trabalho qualificado do educador, pode-se constatar que

[...] é a oficina que conscientiza e promove a transformação, é aquela que propicia ao sujeito a importância de sentir-se parte, parte das ações

envolvidas e desenvolvidas, que tem como foco de visão construir perspectivas de maiores descobertas e potencialidades, que age como órgão facilitador de expressão (Ramos, 2019, s. p.).

Dessa forma, para que o trabalho promova todos os tópicos destacados anteriormente, é necessário que exista um maior investimento na educação social, desde o início da formação dos(as) pedagogos(as). Nessa perspectiva, os cursos de graduação poderiam explorar melhor as possibilidades de atuação do(a) pedagogo(a) para além do espaço formal da escola, não deixando esse tópico de estudo restrito a uma disciplina específica.

Com isso, mostra-se a relevância de uma formação qualificada dos educadores durante e depois da graduação, pois esses atores são peças-chave na transformação da realidade social dos excluídos. Urge, assim, que o trabalho seja realizado de forma competente e não engessada, com objetivos e metas a serem cumpridos pelos profissionais, a fim de que haja a mudança almejada. Entretanto, ao analisar o SCFV do CRAS de Nova Hartz, pude perceber que, possivelmente, tal ato não ocorra de forma efetiva. Essa tese é respaldada com a declaração da coordenadora pedagógica:

“Não trago ao trabalho modelos de projetos escolares, mas a ideia de que cada educador, dentro da sua habilidade, tem a liberdade em trazer atividades que envolvam os atendidos e deem a eles a oportunidade de expressar o que sentem”.

Entendo que essa liberdade dada aos educadores possa ser algo bom, porém sinto falta de uma maior organização por parte, principalmente, dos profissionais atuantes. Entendo que estes não tenham participado, enquanto estudantes e recém-atuantes, de discussões sobre o contexto profissional em que trabalham, de modo que é difícil entenderem o que fazer e como fazer. Todavia, segundo Pimenta (2008, p. 26), “Os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre a Pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os. É aí que se produzem saberes pedagógicos, na ação”.

Por isso, acredito no fomento de qualificação e incentivos aos profissionais, pois o estudo é a base para um trabalho de qualidade. A partir disso, há planejamento, e não decisões impensadas sobre o que fazer, sem o menor objetivo, com atividades que sirvam apenas como passatempo para os infantes. Um trabalho

pensado e executado de forma planejada muda todo o contexto do SCFV. Segundo Ramos (2019, s. p.),

[...] o educador social pode ver as possibilidades de contribuição para a transformação, olhando para si e se vendo como agente transformador, fugindo às propostas ideológicas que há por trás de tudo, fugindo da visão salvadora de querer inserir a criança na sociedade sendo que ela já nasce parte de uma sociedade.

Assim sendo, pensando na mudança do SCFV do município, questionei os profissionais acerca do que acham necessário alterar no SCFV. As respostas foram:

“Acho que não podemos limitar o SCFV, pois tudo aquilo que está velado ainda é presente no cotidiano daquela criança ou adolescente, e não podemos deixar isso por baixo dos panos, temos que trazer o que é uma criança e adolescente, sua evolução, pois o infante da época de criança do ECA não é a mesma de hoje. Por isso é necessário trazer em pauta o sócio pedagógico e o trabalho socioemocional, isso é SCFV” (Relato da Assistente Social do CREAS).

“Acho que é extremamente necessário um psicólogo somente para o SCFV, pois eu, como técnico do CREAS, não consigo dar toda a atenção necessária, pois o psicólogo do SCFV poderia trabalhar com os participantes por meio de grupos separados por faixa etária assuntos que são muito importantes (gênero, sexualidade, drogas), pois faz muita falta, pois auxiliaria também os educadores (Relato do Psicólogo do CREAS)”.

Consequentemente, percebo que a alta demanda advinda do CRAS sobrecarrega o SCFV e também os profissionais, que precisam dar conta de todos os âmbitos. Logo, os técnicos, como a assistente social e o psicólogo, não conseguem trabalhar efetivamente com os educadores, e os projetos que desejam realizar acabam sendo postergados para quando houver mais colaboradores, materiais e verbas que os viabilizem. Portanto, com este estudo de caso, constato que o SCFV está no caminho certo, mas existem mudanças de conduta que precisam ser efetivadas imediatamente, pois o serviço corre o risco de ser apenas mais um programa social do governo, não contribuindo efetivamente para o auxílio de crianças e famílias, ou seja, não cumprindo o seu principal objetivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a atuação do(a) pedagogo(a) no enfrentamento da vulnerabilidade social, com enfoque em um estudo de caso sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Nova Hartz. Escolhi esse tema pelo fato de o SCFV ser um dos locais possíveis para atuação de um(a) pedagogo(a) e porque tal assunto é pouco conhecido até mesmo por quem é graduado em Pedagogia. A partir da coleta de dados e das entrevistas, pude preencher lacunas que me fizeram escolher o tema de pesquisa. Pude, também, refletir e conhecer dados interessantes que, além de colaborarem com minha formação acadêmica, também contribuíram para minha formação como pessoal e futura profissional da educação. Sendo assim, esta pesquisa, além de propiciar um excelente aprendizado, também subsidia estudos futuros.

Ao concluir mais uma etapa de minha trajetória, enfim, reconheço que os caminhos trilhados enquanto estudante e pesquisadora trouxeram momentos de estresse, nervosismo, mas também de alegria, alegria de conhecer as minhas potencialidades enquanto acadêmica. Além disso, foi extremamente recompensador ver os resultados positivos que esta pesquisa gerou e como ela pôde auxiliar na formação de outros estudantes e contribuir para mudanças positivas no SCFV.

Na categoria “As potencialidades do SCFV”, descrevi questões que contextualizam a falta de entendimento das famílias em relação aos motivos que levam os filhos ao projeto, bem como a falta de comprometimento para com o serviço. Evidenciei, também, as dificuldades dos técnicos, uma vez que atender as famílias e manter o vínculo com elas pode ser extremamente complicado em vista do cenário de vulnerabilidade que as envolve.

Em seguida, na categoria “O trabalho em rede e a Pedagogia: existe parceria?”, apresentei o que é o trabalho em rede e como ele é necessário para desenvolver atividades com as famílias assistidas. Expus a relevância do(a) pedagogo(a) e as atribuições e responsabilidades deste(a) na referida rede. Pude constatar, neste âmbito, como ainda são necessários profissionais que completem tal rede para que haja melhorias nos serviços oferecidos à população e também aperfeiçoamentos no local de trabalho dos colaboradores.

Na terceira categoria “A pedagoga atuante na área da Pedagogia Social e a descredibilização do seu trabalho: o que ainda precisa mudar no SCFV?”, ficou evidente que o trabalho do(a) pedagogo(a) fora das salas de aula ainda é pouco conhecido e difundido durante e depois da formação desses(as) profissionais. Assim, quando atua em locais como o SCFV, o(a) pedagogo(a), por vezes, é descredibilizado(a) pela falta de conhecimento e de formação dos demais técnicos. Outro ponto que salientei nessa categoria de análise são as mudanças que deveriam ocorrer no SCFV, apontadas pelas pessoas entrevistadas, de modo que é possível constatar como é necessária evolução do local.

Por fim, respondendo à pergunta que originou esta pesquisa, o trabalho do(a) pedagogo(a) no enfrentamento da vulnerabilidade social é fundamental, não somente para o campo da educação, mas para toda a sociedade. Ao resgatar as inquietações que geraram este estudo de caso sobre o SCFV, percebo e espero que minhas respostas sejam provisórias, ou seja, que o trabalho dos profissionais que atuam no serviço melhore cada vez mais, que o vínculo com as famílias se torne sólido e eficaz e que, realmente, todo o esforço faça sentido.

REFERÊNCIAS

BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana; DA CRUZ, Lílian Rodrigues. A Política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 88-110, 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições constitucionais pertinentes: **lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. – 6 ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2016b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**: serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 21** de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 328**, de 2015. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015a.

BRASIL. **Resolução nº 11** de 23 de setembro de 2015. Regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos. Brasília, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2019.

CARNEIRO, MLN; COSTA, TC da. **A perspectiva do trabalho em rede nos CRAS de Teresina PI**: o olhar dos assistentes sociais. Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2011.

CASSOL, Mariana Segalla et al. **Pobreza e suas medidas**: uma análise a partir da abordagem das capacitações de Amartya Kumar Sen. 2019.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Caderno Crh**, v. 10, n. 26, 1997.

CATALÃO, Conceição. **O que é “pedagogia do afeto” e qual sua importância na inclusão?** Instituto Rodrigo Mendes, 2023. Disponível em:

<https://diversa.org.br/artigos/o-que-e-pedagogia-do-afeto-e-qual-sua-importancia-na-inclusao/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DANTAS, Hosaná. Demanda Pedagógica. *In*: Hosaná Dantas. **O saber em pauta**. São Paulo, 09 mar. 2015. Disponível em: <https://osaberempauta.blogspot.com/2015/03/demanda-pedagogica.html>. Acesso em: 04 abr. 2024.

FERREIRA, Bianca da Silva Firmino. **Famílias em cenário de vulnerabilidade social**: protagonismo da mulher no âmbito da proteção social. 2016.

FILHO, Paulo de Souza. Atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. *In*: GESUAS: Gestão Especializada do Sistema Único de Assistência Social. **Blog do GESUAS**. Minas Gerais, 4 out. 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/atendimento-risco-e-vulnerabilidade/>. Acesso em: 14 ar. 2024.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de acolhimento e inclusão: a perspectiva da pedagogia crítica. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, p. 964-978, 2017.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. O pedagogo em espaços não escolares: novos desafios. **Ciência**, Porto Alegre, nº 36, p. 87-103, jul./dez. 2004.

GALLAS, Daiana dos Santos. **O afeto na relação professor-aluno**. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. *In*: **Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, J. P.; SANTOS, G. P. **Metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: **Grupo Palestra**, 2003.

MDS (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). CADERNO DE ORIENTAÇÕES: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2016.

MDS (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): Perguntas Frequentes. Brasília, 2017.

MEDEIROS, Juliana. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS. **GESUAS**, 2019. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/intersetorialidade-suas/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MEDEIROS, Juliana. SCFV: Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **GESUAS**, 2023. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/scfv/>. Acesso em: 05 out. 2023.

MOREIRA, Joelma Lima; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/a-educacao-em-ambientes-nao-escolares-um-relato-de-experiencia>. Acesso: 05. out. 2023.

MORESCO, Maira Datsch. **Lar Colméia**: um estudo de caso da pedagogia em espaço não escolar. 2018.

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos**: reflexões e canções por uma educação intertranscultural. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.

PARREIRA, Lúcia Aparecida; JOSÉ FILHO, Pe Mário. A educação não formal: desafios de uma prática pedagógica. **Serviço Social & Realidade**, v. 19, n. 1, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.15-34.

PNAS. Política Nacional de Assistência Social. **Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004.

RAMOS, Marcela Fernanda. Educação não formal: pedagogia social transformadora e motivadora. **Brasil Escola. Pedagogia**, 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/%20educacao-nao-formal.htm>. Acesso em: 10. abr. 2024.

SAKATA, Kelly Leticia da Silva; CHYLAJENKO, Letycia. O trabalho do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Irati, Paraná. **Revista de Educação Popular**, v. 20, n. 2, 2021.

SANTOS, Joana Darc Cardoso dos; COSTA, Artemízia Ribeiro Lima; NUNES, Albano Oliveira. **O Pedagogo no âmbito da Assistência Social**, 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 364-372, 2009.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, p. 561-576, 2015.

SILVA, Rebecca Faria. A avaliação da aprendizagem escolar de acordo com a visão da Psicopedagogia. **Revista Educação Pública**, 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/12/a-avaliacao-da-aprendizagem-escolar-de-acordo-com-a-visao-da-psicopedagogia>. Acesso em: 10. out. 2023.

SILVA, Bruna Fernanda Pacheco Pereira da. O pedagogo na assistência social, desafios e possibilidades no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: um estudo de caso em um CRAS do Distrito de Belém/PA. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 32, 2021.

SILVA, Jeane Amaral de Souza *et al.* **Atuação do pedagogo na assistência social do município de Pedra Branca do Amapará**. 2022.

SNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Técnicas, Orientações. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

SUAS, Rede. Lançamento do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC. MDS, 2014. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/lancamento-do-sistema-de-informacoes-do-servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos-sisc/>. Acesso em: 20. mar. 2024.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. **O pedagogo como agente de transformação social para além dos muros escolares**. 2010.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Pedagogia Médica. **Revista da SOCERJ**, p. 386, set/out. 2007.

WEGNER, M. Pedagogia social e valores: **O Resgate Do Direito À Educação**. Repositório de faculdades EST/PPG, São Leopoldo, 2008, p. 06-89. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BRSIFE/607/wegner_m_tm178.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20. set. 2023

APENDÊNCE A: FORMULÁRIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS

Dados gerais de identificação do entrevistado

Nome do entrevistado:
Formação:
Tempo de atuação profissional:
Tempo de atuação no SCFV:

Perguntas

Pedagoga/Coordenadora:

- 1 - Como pedagoga, qual foi o motivo que lhe fez optar por trabalhar com Pedagogia Social e não na escola?
- 2 - Para você, quais são as principais responsabilidades e atribuições de um(a) pedagogo(a) no SCFV?
- 3 - Quais são as dificuldades que um(a) pedagogo(a) enfrenta dentro do SCFV?
- 4 - Considerando que um dos objetivos do SCFV é promover o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, como pedagoga, você acredita que projetos realizados no SCFV estão promovendo de fato tais objetivos em seus projetos?
- 5 - Atualmente, o que você percebe como sendo as maiores problemáticas que estão trazendo as crianças ao SCFV?
- 6 - Ao participar do SCFV as crianças mostram-se envolvidas e participam efetivamente das atividades propostas? Se não, o que acha necessário mudar? Se sim, como conseguiram chegar neste resultado?
- 7 - Qual a sua opinião em relação a frequência das crianças no SCFV, há evasão nas turmas? Se sim, como fazer com que as crianças se mantenham presentes nos projetos?
- 8 - Atualmente as crianças participantes do SCFV sabem por que participam do Serviço e porque são importantes tais atividades?
- 9 - Você acredita que as crianças estão sendo acolhidas de forma afetuosa? Na sua percepção, as crianças gostam de participar do SCFV? Por quê?
- 10 - Hoje, o que você diria para um graduando em Pedagogia que decidiu atuar na área da Pedagogia Social?

Assistente Social:

- 1 - Tendo em vista o seu trabalho como assistente social, quais suas principais atribuições e responsabilidades no SCFV?
- 2 - Atualmente, o que você percebe como sendo as maiores problemáticas que estão trazendo as crianças ao SCFV?
- 3 - Como o trabalho da assistente social em conjunto do SCFV pode auxiliar na superação das vulnerabilidades sociais das famílias dos participantes dos projetos?
- 4 - Você acredita que o SCFV é efetivo para o desenvolvimento pessoal e social das crianças participantes? Poderia justificar sua resposta?
- 5 - O que você acha que ainda pode mudar/melhorar no SCFV?

Psicólogo:

- 1 - No momento da acolhida do infante no atendimento psicológico quais são os motivos que favorecem seu encaminhamento para o SCFV?
- 2 - Enquanto participantes do SCFV, nos atendimentos psicológicos é possível perceber alguma evolução das crianças e adolescentes? Quais?
- 3 - Os adolescentes que estão na idade limite de participação no SCFV (16 anos) são preparados para trabalhar de forma autônoma suas vulnerabilidades fora dos projetos, em sua vida adulta? Como?
- 4 - Como o psicólogo trabalha em conjunto com a assistente social e a pedagoga para uma melhor evolução das crianças no SCFV?
- 5 - O que você como técnico do serviço acha que é necessário mudar e melhorar no SCFV para que as crianças melhores se desenvolvam no futuro?

APENDÊNCE B: FORMULÁRIO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS

Dados gerais de identificação do entrevistado

Nome do entrevistado:
Idade:
Tem quantos filhos?
Profissão:

Perguntas

- 1 - Enquanto pais e responsáveis vocês sabem por que o seu filho está participando do SCFV?
- 2 - Você vê no seu filho alguma evolução após a participação do SCFV? Qual(is)?
- 3 - Seu filho gosta e se sente bem enquanto participante do SCFV?
- 4 - A família acha importante a participação da criança no SCFV? Por quê?
- 5 - Você acredita que a participação no SCFV trará benefícios ao seu filho para o futuro. De que forma?

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa: O trabalho do(a) pedagogo(a) no enfrentamento da vulnerabilidade social: Um estudo de caso sobre o SCFV do CRAS de Nova Hartz/RS, realizada pela aluna Natália da Silva Gomes do Curso de Pedagogia e orientada pela Prof.^a Priscila Provin da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

O motivo que me levou a escolha desta problemática diz respeito à necessidade de aprofundar os estudos e conhecer a potencialidade da Educação Não Formal tendo em vista que a mesma acaba por ser pouco explorada quando pensamos em Pedagogia. Com esta pesquisa, pretendo realizar um estudo de caso para então analisar os discursos que estão presentes nas falas dos técnicos que trabalham no SCFV e famílias que possuem filhos participantes do projeto, tais participantes foram escolhidos para entrevista para com que suas narrações sobre suas dificuldades, satisfações e anseios cotidianos auxiliem para a análise desta temática.

A coleta de informações será por meio de entrevistas que durarão aproximadamente trinta minutos. As pessoas convidadas a participar do presente estudo são a assistente social, psicólogo e coordenadora pedagógica da presente instituição, juntamente a algumas famílias que possuem filhos participantes do SCFV, previamente selecionadas. As entrevistas serão gravadas para auxiliar na pesquisa, mas os entrevistados não serão identificados. A pesquisadora firma o compromisso de que tudo que for dito nas entrevistas e visitas domiciliares não será usado para prejudicar de nenhuma forma as pessoas que colaboraram com o estudo.

Os resultados da pesquisa serão divulgados ao término do Trabalho de Conclusão de Curso e estarão à disposição dos participantes, inclusive a própria pesquisadora se compromete para qualquer esclarecimento. Sendo assim, se você aceitar o convite para participar da presente pesquisa solicito, por gentileza, o preenchimento dos espaços abaixo:

Eu _____, RG, _____, fui devidamente esclarecida(o) da pesquisa acima citada e aceito o convite para participar.

São Leopoldo ____ de fevereiro de 2024

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da pesquisadora